

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) PRESSUPOSTOS E DESAFIOS

PINHEIRO, Marcia Inês Panzenhagen

RU 826767

PALOMA, Micheli Isber Ruis.

RU 87808

RESUMO

Este estudo teve por objetivo analisar as práticas para o processo educacional inclusivo, em relação ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) oferecido aos estudantes com Deficiência ou Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) na Sala de Recursos Multifuncionais, visando a quebra de barreiras atitudinais e as arquitetônicas, para a plena aprendizagem dos alunos inclusos na Educação Regular. O presente trabalho tem por finalidade contribuir para que se entenda o verdadeiro papel do AEE no âmbito escolar e suas principais funções. Foram citados alguns autores que contribuíram com o tema, como também um pouco de cada deficiência atendida e a função do AEE. Por último, algumas vertentes históricas e leis referentes à criação e manutenção do AEE escolar. Para tudo isso foi utilizado a metodologia de pesquisa totalmente bibliográfica acerca da temática do Atendimento Educacional Especializado (AEE)-Pressupostos e Desafios, visando alcançar os objetivos gerais e específicos propostos, através de leituras sistemáticas e produção de fichamentos, a partir de livros, artigos, leis e vertentes históricas, fontes eletrônicas que abordam o tema proposto.

Palavras-chave: Educação Especial. Atendimento. Sala de Recursos Multifuncionais.

1 INTRODUÇÃO

O tema dessa pesquisa está relacionado ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) pressupostos e desafios, delimitado em AEE e suas funções na comunidade escolar, tendo como problema central: “De que forma o Atendimento Educacional Especializado pode contribuir para melhorar o desempenho escolar dos alunos com deficiência?”.

O tema aqui tratado visa trabalhar com quebra de obstáculos que impedem a plena aprendizagem do aluno na classe comum. Perante o pouco conhecimento nos tempos atuais da correta função da Sala de Recursos Multifuncionais onde ocorrem

os atendimentos do AEE para alunos com laudos médicos de alguma Deficiência ou Transtorno, percebe-se que existem dúvidas referentes a isso em toda comunidade escolar.

Contará com esclarecimentos e a quebra de estigmas deixados sobre as deficiências atendidas no mesmo. Será incluído nessa pesquisa leis e a história da Educação Especial ao longo de todos esses anos. O objetivo geral é identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras existentes na unidade escolar, para plena participação dos alunos com deficiências, pois estas dificultam a convivência o desenvolvimento e a aprendizagem desses educandos.

Também garantir a enologia entre aprender conhecimento teórico e questões da vida real, esclarecendo sobre as deficiências e quais os recursos utilizados no Atendimento Educacional Especializado para cada deficiência atendida. AEE deve ser realizado na sala de Recursos Multifuncionais da própria escola, quando essa tiver disponível ou em outra instituição educacional, com os alunos matriculados no educandário e realizar-se-á no contraturno escolar, podendo também ser realizado em Centros de Atendimentos Educacional Especializado público ou privado, conveniados com a Secretaria de Educação do município ou do Estado. A oferta do AEE deve constar no projeto Político Pedagógico da escola regular.

A partir da perspectiva de educação inclusiva, é necessário refletir sobre o atendimento aos alunos público-alvo dessa educação que frequentam a escola regular e o currículo comum, verificando e trabalhando suas necessidades, pois seu processo de ensino e aprendizagem, é único e constituído de peculiaridades. Ao observar a importância da escola no processo de inclusão, nenhum outro espaço seria capaz de substituir seu caráter social e de ensino.

O ambiente escolar é um espaço do saber, ou seja, este lugar é fundamental para o desenvolvimento dos alunos, e para a pessoa com deficiência não poderia ser diferente. Primeiramente, tem-se clareza dos motivos que orienta o AEE, sendo estes inseridos em um contexto que construa uma sociedade inclusiva. No que se refere aos seus procedimentos práticos, este artigo é um estudo de natureza bibliográfica acerca da temática do Atendimento Educacional Especializado (AEE)-Pressupostos e Desafios, e visa alcançar os objetivos gerais e específicos propostos.

Será realizada por meio da leitura sistemática produção de fichamentos, a partir de livros, artigos, leis e fontes eletrônicas que abordam o tema aqui proposto. A

análise dessa pesquisa constatou a importância do AEE na escola regular, contribuindo com orientações, supervisões necessárias a esses alunos, mas principalmente, o apoio aos professores da sala regular.

2-ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Muitos professores questionam o papel da inclusão na escola por não terem sido notificados do real papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e suas verdadeiras funções, incluindo os aspectos legais, quem pode atuar, serviços disponíveis, oferecidos e quando é necessário recorrer ao Ministério Público para efetivar esse atendimento ao Deficiente. E com isso surgem muitas dúvidas ao se depararem com um aluno deficiente ou com algum transtorno específico em sala de aula comum sem o auxílio de um professor especializado na área. Aí surge a indagação e a afirmação de que esses alunos não têm condições de acompanhar as aulas, o aluno precisa de ajuda que um professor de área não tem condições de dar. Os argumentos continuam a respeito da necessidade de um especialista para auxiliar esses alunos no dia a dia.

O que muitos desconhecem é que todo aluno brasileiro com alguma Deficiência ou Transtorno tem direito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), que deve ocorrer no contraturno escolar duas vezes por semana e cada atendimento tem a duração de 50 minutos a uma hora e trinta minutos, e com isso beneficiando tanto os alunos como os professores da sala de aula comum, pois o especialista em AEE deve fazer a ponte entre o aluno e o professor, contribuindo em todo o contexto educacional, diminuindo as barreiras existentes na escola, bem como e inserção na sociedade.

Segundo Werneck

A concepção de Educação Inclusiva é algo novo e ganhou força a partir da Declaração de Salamanca (1994) que propôs que os alunos com deficiências e transtornos específicos fossem atendidos em Escolas de Ensino Regulares impondo que as mesmas se adequassem ao aluno e não ele as escolas. (...)Uma sociedade inclusiva é aquela capaz de contemplar, sempre, todas as condições humanas, encontrando meios para que cada cidadão do mais privilegiado ao mais comprometido, exerça o direito de contribuir com seu melhor talento para o bem comum. (WERNECK,1999, p.23).

Como menciona o autor, esse direito ganhou força a partir de 1994 e ressalta que é a escola que deve se adaptar ao receber um aluno com deficiência para melhor atendê-lo, tornando um ambiente acolhedor e inclusivo.

Conforme consta INCLUIR não é apenas colocar o aluno em sala de aula, são necessárias muitas mudanças na escola para o bem estar e uma boa aprendizagem das crianças independente do seu contexto social.

No Brasil foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEM 9394/96) determinando também a inclusão desses alunos em Escolas Regulares. Porém, a Constituição Brasileira de 1988 em seu artigo 208 já mencionava que eles fossem atendidos "preferencialmente" no ensino regular.

Segundo Mantoan (2003, p.23)

"o preferencialmente" refere-se a "atendimento educacional especializado", ou seja: o que é necessariamente diferente no ensino para melhor atender às especificidades dos alunos com deficiência, abrangendo principalmente instrumentos necessários à eliminação das barreiras que as pessoas com deficiência naturalmente têm para relacionar-se com o ambiente externo, como, por exemplo: ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras), do código braile, uso de recursos de informática, e outras ferramentas e linguagens que precisam estar disponíveis nas escolas ditas regulares.

Nessas condições, esse atendimento diferenciado conforme consta na citação deverá ser de preferência na mesma escola do atendimento comum. Como nem sempre é possível essa oferta na escola regular, as escolas especiais e os centros especializados podem ficar responsáveis por esse atendimento. De uma ou de outra forma, o importante é que todo aluno com Deficiência ou Transtorno tenha acesso a esse atendimento.

Após 2003 a política educacional comum passou a privilegiar a matrícula dos alunos com deficiência na educação escolar e, para a sustentação dessa, foi elaborado o Programa Nacional de Sala de Recursos Multifuncionais, fundamentando o AEE. O mesmo trata-se de um apoio a Educação Especial que organiza os recursos pedagógicos e de acessibilidade para os alunos com deficiências obterem uma melhor participação no ensino regular, passando a ser mais uma modalidade da Educação Especial constituindo mais um recurso central na política de educação inclusiva no país.

Para a indução dessa política, passou-se a considerar a dupla matrícula e as escolas que aderirem a essa proposta podem contar com o financiamento do Fundo

Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e para tanto, essa ação tem como objetivo destinar recursos financeiros às escolas públicas de todas as redes de ensino. Sobre a intensidade da implementação desse programa, ALVES nos descreve que a sala de recursos tem sido destacada como um espaço para o educador especializado em Educação Especial.

A sala de recursos multifuncionais é, portanto, um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais. (...) A denominação sala de recursos multifuncionais se refere ao entendimento de que esse espaço pode ser utilizado para o atendimento das diversas necessidades educacionais especiais e para desenvolvimento das diferentes complementações ou suplementações curriculares. (ALVES, 2006, p. 14).

Com essa explicação o autor afirma a importância desse atendimento especial e suas verdadeiras funções na escola regular.

2.1-O AEE E SEUS OBJETIVOS, FUNÇÕES E PRIORIDADES

Primeiramente, tem-se que ter clareza dos motivos que orientam o AEE, sendo esses inseridos em um contexto que construa uma sociedade inclusiva pois o mesmo trata-se de um apoio à Educação Especial que organiza os recursos pedagógicos e de acessibilidade para os alunos com deficiências obterem uma melhor participação no ensino regular, passando a ser mais uma modalidade da Educação Especial constituindo mais um recurso central na política de educação inclusiva no país, tendo como principal objetivo eliminar as barreiras que impedem o processo de escolarização dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento ou aqueles que possuem Altas Habilidades/ Superdotação.

Existe um debate acerca da Educação Especial e inclusiva no Brasil, pois o assunto INCLUIR está deixando muito a desejar. Atualmente o MEC está revisando a atual Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (PNE/PNI), que é de 2008, neste texto proposto existe uma forte oposição de alguns professores, pois a nova redação voltaria a estimular a volta da separação desses alunos, indo na contramão da perspectiva social que aponta para a eliminação de barreiras e na promoção da acessibilidade, e não a segregação deles.

A prioridade do AEE é de oportunizar situações nas quais ocorram a apropriação, a elaboração e a reelaboração de novos conhecimentos pelo meio de interações sociais, ideias, cooperação e deduções, provocando transformações nas

interações cognitivas dos sujeitos com deficiências. Supõem-se que é através da interação entre as pessoas que os conhecimentos são construídos, a Zona de Desenvolvimento Proximal possibilita avanços na aprendizagem por meio da mediação. Os principais objetivos do Atendimento Educacional Especializado São os de identificar alunos com características de deficiências ou transtornos; elaborar plano de ação para atender esses alunos; produzir material acessível; disponibilizar matérias de apoios; acompanhar o uso de materiais adaptados; orientar os professores do ensino regular.

2.2 A QUEM SE DESTINA O AEE?

O público-alvo desse atendimento são os alunos com deficiências físicas, intelectual, visual, deficiência auditiva ou surdez, transtornos globais do desenvolvimento entre eles o Transtorno do Espectro Autista (TEA); os alunos com Dawn; síndrome de Rett; Transtorno de Asperger e muitos mais, incluindo também os com Altas Habilidades/ Superdotação-AH/SD. Como se sabe tem uma lei que obriga a oferta desse atendimento ao público-alvo veja a seguir o artigo que define essa obrigatoriedade.

Segundo Lei Brasileira da inclusão 13.146/2015 p 8

Art. 4º [...] § 1º. Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.

A coisa é séria, e dever do estado proporcionar todo tipo de atendimento a esses indivíduos com deficiência.

2.3 SOBRE AS DEFICIÊNCIAS ATENDIDAS NO AEE.

Resumidamente vamos entender um pouco de algumas das deficiências e transtornos, e qual a finalidade do Atendimento no AEE para cada deficiência trabalhada.

2.3.1 DEFICIÊNCIA FÍSICA

São complicações que levam a dificuldade da mobilidade e da coordenação geral, podendo também afetar a fala, em diferentes graus. Essa deficiência pode ter várias razões entre eles os fatores genéticos, virais ou bacterianos, neonatal ou traumáticos.

Precisamos pensar que a cada dia aumenta o número de crianças com deficiências físicas. De acordo com a Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD), as pesquisas indicam que a cada ano aumenta em 30 mil o número de pessoas com paralisia cerebral. A paralisia cerebral pode ser causada por fatores pré, peri e pós-natais. A paralisia cerebral mais presente na educação é a que envolve a distrofia muscular que é uma lesão ou mau desenvolvimento no cérebro e podem ocorrer na gestação, parto ou pós-parto, pela falta de oxigênio e como consequência apresentar um tônus muscular acima ou abaixo do normal.

2.3.1.1 ATRIBUIÇÕES DO AEE PARA DEFICIÊNCIA FÍSICA

Para atender essas pessoas o Atendimento Educacional Especializado faz uso das Tecnologia Assistiva (TA), com destaque a correção postural, em prol da educação escolar desses deficientes físicos, esses recursos podem ajudá-los a realizar as Atividades de Vida diárias (AVDs) e acadêmicas. Outro ponto importante é a Acessibilidade que nada mais é que a possibilidade dessas pessoas utilizarem com autonomia e segurança os espaços sociais, tendo acesso à educação laser ou trabalho, eliminando-as barreiras e proporcionando liberdade de movimentar-se e circular em qualquer espaço social. Esse atendimento pode fazer o uso das seguintes tecnologias:

- A- o uso da comunicação Aumentativa e Alternativa;
- B- adequação dos materiais didáticos pedagógicos;
- C- adequação ao recurso de informática;
- D- uso de mobiliário adequado;

Como o autor Bersch (2006, p.2) denomina a tecnologia assistiva "deve ser entendida como auxílio que promoverá a ampliação de uma habilidade funcional

deficitária ou possibilitará a realização da função desejada e que se encontrará impedida por circunstância de deficiência”.

Assim como citado, essas tecnologias assistiva foram criadas para auxiliarem esses alunos e também o trabalho dos professores no AEE, para a realização das tarefas acadêmicas como também a adequação do espaço escola e social.

O atendimento ao estudante com Deficiência Física pode ser estruturado para atendê-los com a confecção de materiais pedagógicos adaptados, e os da vida diária, como engrossador de lápis, adaptadores para tesouras e utensílios para alimentação, pastas para comunicação, teclados adaptados, vocalizadores e também a adequação de mobiliário, entre outros. Pois com essas adaptações a criança e inserida se sentirá em um ambiente escolar inclusivo, tendo razões para se sentir provocada a desenvolver habilidades que não desenvolveria em um ambiente sem essas adaptações, sendo assim e necessário produzir o recurso correto para auxiliar cada aluno com deficiência na sala de aula comum.

2.3.2 DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), 5% da população brasileira é composta por pessoas surdas, ou seja, esta porcentagem corresponde a mais de 10 milhões de cidadãos. Segundo o Organização Mundial da Saúde (OMS) existem 500 milhões de surdos no mundo e, até 2050, haverá pelo menos 1 bilhão em todo o mundo.

Temos como definição de deficiência auditiva, descrita na Lei nº 5.296/04, a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis(dB) ou mais, comprovada por audiograma nas frequências de 500 hertz, 1000 hertz e 2000 hertz.

As causas para o aparecimento da deficiência, podem ser pré-natais, perinatais ou pós-natais. Quanto ao período de aquisição da deficiência existem dois grupos: os das perdas congênitas ou das perdas adquiridas. Para Piaget

A criança com deficiência auditiva/surdes adquire sua maneira de expressar a partir do ambiente que está inserida, aprende a desenvolver suas maneiras de se comunicar quando observa as pessoas que com ela convive a linguagem é um sistema para representar a realidade. É ela que torna possível a comunicação entre indivíduos, a transmissão de informações e de troca de experiências, e é por isso que a falta da língua oral não deve ser empecilho para ninguém pois existem várias formas de comunicação além da oral.

O autor nos afirma nessa citação que todos inclusive os com deficiência auditiva/surdez tem o direito de se comunicar, não importando a forma utilizada. Cada um com seus recursos.

No que refere ou atendimento dessas crianças no AEE esse deve ocorrer desde a educação infantil até o ensino superior, devendo ser respeitado as necessidades individuais de cada um, utilizando meios para beneficiar sua socialização, desenvolvimento e aprendizagem. É função da escola conhecer e implantar Libras para toda a comunidade escolar, proporcionando ambientes desafiadores e estimuladores para a aprendizagem.

Porém é necessário saber que apenas o uso de Libras não representa garantias de aprendizagem significativas, é preciso oferecer outras condições de comunicação efetiva e assimilação da aprendizagem.

2.3.2.1 ATRIBUIÇÕES DO AEE NO ENSINO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

O AEE deve ser organizado para contemplar o ensino de Libras, o ensino em Libras e o ensino da Língua Portuguesa escrita proporcionando um ambiente bilingue (Libras, Língua Portuguesa) e para isso é necessário se destacar esses vários momentos. 1º-Momento do Atendimento Educacional Especializado em libras, na qual o ensino dos conteúdos curriculares ocorre em libras destinado aos alunos com surdez; 2º Momento do Atendimento Educacional Especializado para o ensino de Libras aos alunos com surdez caso não haja professor de Libras contratado, esse atendimento deverá ser planejado a partir do conhecimento que ele possui sobre a Língua de Sinais; 3ºMomento do Atendimento Educacional Especializado para o ensino da língua brasileira de sinais; 4º- Realizar, em conjunto com o professor de Libras (quando houver), avaliação inicial do estudante surdo, a fim de conhecer sua forma de comunicação, aprendizado e nível linguístico (Libras e Português); 5º- Planejar o trabalho a partir da avaliação do conhecimento que o estudante possui, no que se refere ao uso da Libras e Língua Portuguesa; 6º-Trabalhar, preferencialmente, por meio de projetos, elaborando os planejamentos conforme as necessidades educacionais do estudante;

7º- Conhecer as áreas de interesses do estudante para que essas possam contribuir e enriquecer as propostas de trabalho, colaborando assim, com a aprendizagem;

8º- Organizar o planejamento de suas atividades em conjunto com o professor de Libras (quando houver); 9º-Trabalhar de forma articulada com o professor de Libras (quando houver) para qualificar e intensificar a aprendizagem do estudante surdo;

10º- Utilizar estratégias diferenciadas, envolvendo recursos visuais, que vão facilitar, auxiliar e enriquecer o processo de ensino e aprendizagem, fazendo uso de material concreto e elementos como imagens, desenhos, pinturas, maquetes, impressões, objetos em miniaturas, fotografias, vídeos ilustrativos, teatro dentre outros; 11º- Produzir, sempre que necessário, materiais didáticos e recursos pedagógicos, que visem auxiliar e contribuir com a fixação do conhecimento apresentado ao estudante surdo; 12º- Oportunizar momentos de trocas entre os estudantes surdos, a fim de que possam expressar suas ideias, interagir entre si, adquirir e trocar informações e aprimorar sua língua, proporcionando, assim, um ambiente linguístico favorável ao desenvolvimento pleno de suas competências;

13º- Identificar o nível de interlíngua (IL1, IL2 e IL3) do estudante surdo e, a partir desse ponto, planejar as atividades e as intervenções necessárias; 14º-Pesquisar os significados das palavras, dos conceitos e como se dá a organização deles nas frases e textos em diferentes contextos, levando o estudante a perceber a estrutura da língua mediante atividades diversificadas; 15º- Priorizar o uso da língua pelo estudante surdo, trabalhando a gramática como ferramenta para a compreensão do funcionamento da língua; 16º- Desenvolver a competência gramatical, linguística e textual dos estudantes, para que sejam capazes de gerar sequências linguísticas adequadas; 17º- Expor os estudantes à leitura e à produção de diferentes gêneros e tipos textuais, com o objetivo de contribuir para o aprendizado da Língua Portuguesa; 18º- Compreender os níveis de leitura a que o estudante surdo está submetido em seu processo educacional, a fim de ofertar estratégias pedagógicas que favoreçam o aprendizado; 19º- Orientar o professor da classe regular quanto às adaptações curriculares, estratégias, metodologia e avaliação do estudante surdo, além de propor intervenções que possibilitem sua efetiva participação no ensino regular; 20º- Trocar informações com os professores, que atendem o estudante surdo, com respeito às necessidades e às dificuldades apresentadas por ele para, dessa maneira, adequar estratégias de ensino; 21º-Orientar os profissionais que compõe a unidade escolar

frente a questões específicas relacionadas à área da surdez e ao uso da Libras; 22°- Avaliar, no decorrer do ano, com a participação do professor de Libras (quando houver), as aquisições, aprendizados e mudanças de nível linguístico, alcançados pelos estudantes que ingressaram no atendimento; 23°- Elaborar relatório descritivo e individual ao final de cada ano. Nele deverá constar toda a evolução atingida pelo estudante, bem como o trabalho que foi desenvolvido; 24°- Manter registro diário de suas atividades e atendimentos; 25°- Participar de capacitações na área de educação, visando ao seu aprimoramento na área de atuação; 26°- Participar de reuniões e de conselhos de classe na unidade escolar onde o estudante está matriculado; 27°- Organizar um arquivo (pasta) de documentos do estudante, a qual deverá permanecer na sala do AEE, contendo todos os documentos atualizados, como o diagnóstico do estudante; parecer de inclusão no serviço; relatórios de assessorias e orientações realizados na escola; avaliação inicial; planejamento; registros dos atendimentos e relatório final.

É muito importante durante esse processo que o professor não pratique o bilinguismo, ou seja, a mistura da Libras e da Língua Portuguesa que são duas línguas de estruturas diferentes.

2.3.4 DEFICIÊNCIA VISUAL

É a perda parcial ou total da visão, mesmo após a aplicação da melhor correção óptica e é considerada quando "apresenta acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20° (tabela de snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações. Segundo estimativa 1,5% das pessoas apresentam deficiência visual isso demonstra que a possibilidade de termos alunos com essa deficiência é muito grande.

A função principal do sistema visual é converter energia luminosa em atividade neural que tenha significado para nós, pois a visão é a nossa principal experiência sensorial, e é através dela que adquirimos mais da metade dos conhecimentos a respeito do mundo que nos cerca.

Como em outras deficiências o aluno cego tem o direito de ser matriculado em uma escola comum próxima de sua residência e automaticamente participar do AEE para aprofundar e aprender o sistema Braille como ferramenta de acesso à escrita e a leitura, e aprender a usar o Soroban para facilitar os cálculos.

2.3.4.1 ATRIBUIÇÕES DO AEE PARA DEFICIÊNCIA VISUAL

O sucesso dos atendimentos no AEE depende de toda comunidade escolar, compete ao responsável por esses atendimentos realizar a orientação as famílias dos DV, e também aos professores do ensino regular envolvidos no processo de ensino e aprendizagem desses estudantes. Pois o professor especialista do AEE tem a função de adaptar atividades em Braille, e ampliar atividades aos alunos com baixa visão oferecendo e criando materiais acessíveis para auxiliar o conhecimento em sala comum.

E necessário ressaltar que esses estudantes com DV tem maior acesso a aprendizagem por meio dos sentidos remanescentes, por isso deve-se adequar materiais didáticos transcrevendo da escrita original ou em tinta para o Braille de modo a atender as diversas áreas do conhecimento, e também transcrever provas e atividade realizadas pelos alunos na escrita em Braille para a escrita em "tinta" de modo a auxiliar o professor do ensino regular na leitura das mesmas, e como confeccionar em alto-relevo gráficos, mapas e esquemas.

2.3.5 TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO (TGD)

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação.

(...) os transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo de estudantes com autismo, síndrome do espectro e psicose infantil (MEC, 2008)

As crianças com TGD apresentam diversas características entre elas podemos citar a dificuldade de socialização, falta de concentração, desatenção, ações repetitivas ou a falta de comunicação, e quando ocorre podem ser repetitivas (ação chamada de ecolalia) entre outras mais.

2.3.5.1 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição classificada no DSM - 5 como pertencente à categoria denominada transtorno do neurodesenvolvimento. Esse transtorno é dividido em níveis 1,2,3. A nomenclatura espectro define a heterogeneidade do TEA por se manifestar de modo singular em cada pessoa, portanto, quando pensamos na escolarização de estudantes com TEA devemos levamos em consideração seu estilo cognitivo para compreender quais teorias e recursos alternativos serão necessários para a escolarização dessas pessoas. A variabilidades nas manifestações dos sintomas e um aspecto comum no Autismo, pois são estudantes muito heterogêneos, por esse motivo as práticas devem ser aplicadas conforme o perfil de cada aluno Autista. Essas diferenças nos sintomas se referem a 3 níveis de apoio, no nível 1 exige apoio, no nível 2 apoio substancial e no nível 3 apoio muito substancial. Entende-se que o TEA e caracterizado pela díade de interação social/comunicação e comportamento. A falta de interação ocasiona muitos prejuízos a todos os autistas no seu cotidiano social e escolar.

Foram criadas teorias para explicar essas dificuldades de interação: A Teoria da Mente (ToM) indica que as pessoas com TEA apresentam severas dificuldades de se relacionar com os outros, provocando importante prejuízo à vida psíquica.

Conforme nos revela Tonelli 2011. “O conceito de processamento ToM não se refere, de fato, a uma ‘teoria’ a uma habilidade mental automática de se atribuir estados mentais a si mesmo e a outros indivíduos, com a finalidade principal de compreensão e predição de seus comportamentos”.

Como consta nessa citação Tonelli conceitua esta questão como uma habilidade mental e não como teoria. O importante com isso e entender-se que essa habilidade e prejudicial a vida dessas pessoas com TEA.

Outra teoria que tenta explicar e a Teoria da Coerência Central, segundo ela as pessoas com TEA encontram dificuldades de juntar as partes para formar o “todo” provido de significados sendo essa uma das características mais marcantes no Autismo.

Essas Teorias Cognitivas auxiliam os professores a entender os comportamentos e como intervir para auxiliar os estudantes com Autismo.

2.3.5.2 ATRIBUIÇÕES DO AEE PARA O TEA

O AEE para estudantes com TEA tem como objetivo estimular desenvolvimento cognitivo, favorecendo a autonomia, afim de ampliar o repertório de interesses e de se obter avanços na aprendizagem. Outro objetivo do AEE é realizar assessórias escolares sistemáticas para orientar os professores da rede regular sobre as adequações necessárias ao processo de aprendizagem de cada aluno.

O direito à educação para pessoas com TEA é garantido por meio de legislações que visam a oportunizar a eles o direito à inclusão. Essas legislações são contempladas em âmbito nacional e estadual.

2.3.5.3 TRANSTORNO DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (TDAH)

O TDAH é um transtorno que aparece na infância. Trata-se de um transtorno com etiologia multifatorial, sua prevalência mundial é de cerca de 5,29% em crianças e adolescentes segundo POLANCZYK et.al, 2007. [...] A hiperatividade refere-se ao comportamento ou à hiperatividade excessiva, sendo essa a manifestação mais evidente da pessoa com TDAH (IAMAGUTI, 2011).

O TDAH é um déficit onde a pessoa tende a se auto desregular ou ainda de se auto descontrolar, pessoas com esse transtorno costumam agir de forma impulsiva e requerem de um esforço maior para se acalmar e refletir. Os alunos com esse transtorno se tornam mais agressivos e tendem a conviver com a impopularidade e a rejeição dos colegas.

Dentre as características do TDAH, ocorre a relação entre a escola e o estudante que muitas vezes é tratado como preguiçoso, mal-educado, incapaz por serem desorganizados e esquecidos, apresentam pouca força de vontade de fazer suas tarefas. Barkley (2007) afirma que.

O problema do TDAH não é a falta de atenção, pois todas as crianças ficam desatentas de vez em quando. O problema está no autocontrole do nível de atenção. Enquanto uma criança sem TDAH fica desatenta e consegue retomar seus estudos do ponto de onde parou, uma criança com TDAH tem dificuldade de retomar o foco para o que estava fazendo, em função de sua dificuldade de autocontrole e de autorregulação. Isso se aplica as demais características do transtorno: hiperatividade e impulsividade (BARKLEY 2007 p.190)

Conforme o autor cita a criança com TDAH sente quando se desconcentra, dificuldade em voltar a se concentrar no que está fazendo, por sentir muita dificuldade em se controlar e se regular em decorrência do transtorno.

Cabe destacar que a ausência de informações e o despreparo dos professores ocasionam sérios déficits relacionados à aprendizagem desses alunos. Existem algumas sugestões para auxiliar esses estudantes na sala de aula, entre eles pode-se citar que é necessário estabelecer uma rotina diária clara; estabelecer consequências razoáveis para o não cumprimento de tarefas; focalizar mais o processo que o produto; adotar uma atitude positiva, como elogios e recompensas para comportamentos adequados. Entre outras mais.

Com tudo isso entende-se que os discentes frutos da inclusão devem ser atendidos, adequadamente e não apenas matriculados nas escolas regulares, pois cada vez mais percebe-se que esses estudantes estão adentrando nas salas regulares e todos precisam receber educação de qualidade.

2.3.5.4 ATRIBUIÇÕES DO AEE PARA O TDAH

O AEE tem como objetivo eliminar as barreiras atitudinais que interferem no aprendizado acadêmico e promove caminhos que facilitam o trabalho do professor para melhor desempenhos dos alunos e na sua interação com o outro, beneficiando as diversas formas de aprender.

No trabalho com estudantes no AEE, deve-se focar a ideia de que eles precisam aprender a se autorregular para se controlar e poder se concentrar nas atividades. Portanto o AEE deve ajudar a melhorar as atividades executivas que interferem no processo educativo acadêmico e os professores devem estimular o conhecimento, agindo como estimuladores externos, os motivando e atraindo a sua atenção, quanto mais cedo se começar a incentivá-los melhor, pois minimiza os prejuízos acadêmicos futuros.

O atendimento no AEE não se resume em sessões, mas a um todo para prover propostas de trabalho que auxiliam a esses estudantes.

2.4 ETAPAS HISTÓRICAS E LEIS QUE REGEM A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Na cultura da sociedade brasileira quando se ouve falar em Inclusão escolar leva-se a projetar que apenas os alunos com deficiências fazem parte desse grupo, engana-se quem acha que todas as outras crianças já fazem parte efetiva do processo pedagógico. A eclosão do conceito de Inclusão, segundo Sasaki(2002, p. 16), é recente devido à adoção da filosofia da inclusão social. Sasaki (2002, p. 27) afirma que:

(...) é imprescindível dominarmos bem os conceitos exclusivistas para que possamos ser participantes ativos na construção de uma sociedade que seja realmente para todas as pessoas, independentemente de sua cor, idade, gênero, tipo de necessidade especial e qualquer outro atributo social. (SASSAKI 2002, p. 27)

Portanto como defende o autor a educação inclusiva e aquela que reconhece e valoriza a diversidade, independente das peculiaridades das pessoas de qualquer grupo social.

As lutas em prol de um mundo melhor e mais justo não são recentes, muitos já lutaram pelo direito de ser diferente, estabelecendo normas e acordos sobre uma qualidade educacional melhor para todos.

Brasil (2004, p. 10) confirma esses dados ao testar que:

A deficiência foi, inicialmente, considerada um fenômeno meta- Físico, determinado pela possessão demoníaca, ou pela escolha divina da pessoa para purgação dos pecados de seus semelhantes. Séculos de inquisição católica e, posteriormente de rigidez moral e ética da reforma Protestante contribuíram para que as pessoas com deficiências fossem tratadas como a personificação do mal e, portanto, passíveis de castigos, torturas e mesmo de morte. À medida que conhecimentos na área da Medicina foram sendo construídos e acumulados na história da humanidade, a deficiência passou a ser vista como doença, de natureza incurável, gradação de menor amplitude da doença mental.

Segundo o que nos afirma Brasil (2004) no início essas pessoas com deficiências eram consideradas como um castigo, mas com o passar do tempo tudo foi mudando e os preconceitos também.

Do século XVI ao XIX, os deficientes físicos e mentais eram submetidos a ficar em conventos, albergues e asilos, pois, pensava-se que elas representavam um

perigo para a sociedade, nesse período surgiu o primeiro hospital psiquiátrico da Europa.

A partir do século XX, as pessoas que possuíam deficiências eram consideradas como cidadãos que possuíam direitos e deveres iguais a outro qualquer, embora segundo a uma visão assistencial e filantrópica.

Na década de 70 nos Estados Unidos, pesquisas científicas marcaram avanços na promoção de qualidade de vida aos mutilados pela Guerra do Vietnã. No Brasil em 1978, ocorreram tratados que defenderam a abrangência universal do direito a inclusão. Em 1985, na Assembleia de Ação Mundial para as Pessoas com Necessidades Especiais. É recomendado que a medida do possível o ensino inclusivo deve ocorrer dentro da educação normal. Em 1989, a lei n. 7853 prevê a oferta obrigatória e gratuita da educação especial em instituições escolares públicas e a reclusão de um a quatro anos e multa para dirigentes de ensino público ou particular que se recusarem aceitar a matrícula do aluno. (BRASIL, 1988). LIVRO PED P.569

A partir da década de 40 no Brasil foram criadas várias instituições para atender essas pessoas entre elas, o Lar São Francisco, a fundação para o livro do cego (Dorina Nowill), a Sociedade Pestalozzi e o Centro Israelita de Assistência ao Menor (CIAM) em 1955 no Rio de Janeiro foi criado com o apoio da Sociedade Pestalozzi do Brasil a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAES para o atendimento de crianças com deficiências.

Na década de 60 a Educação Especial, no Brasil, aparece pela primeira vez na Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n. 4.024/61. Essa lei regulamentou a Política Nacional para pessoas com deficiências. O atendimento ainda era realizado inadequadamente, mas já era introduzido um apoio financeiro para as instituições particulares credenciadas junto aos Conselhos Estaduais de Educação.

Com a criação da segunda Lei de diretrizes e Bases do Brasil de 1971 o artigo nono reafirma que os alunos que apresentarem alguma deficiência ou os que apresentarem algum atraso quanto a idade regular deve receber tratamento especial conforme as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação.

Com a materialização do artigo 208 da Educação Básica da Constituição Federal de 1988. É decretado que é dever do Estado garantir o Atendimento Educacional Especializado aos deficientes preferencialmente na rede regular de ensino.

A lei 8069/90 que criou ECA trouxe consigo decretos que reforçam a defesa dessas crianças pertencentes a educação especial. Em 2002 foi oficializada a lei que regulamentou a LIBRAS reconhecida como a segunda língua oficial brasileira.

A partir da década de 80 surgiu novas declarações e tratados mundiais para a defesa do direito a inclusão. Em 1989, a lei n. 7853 prevê a obrigatoriedade da educação especial em escolas públicas e a reclusão de um a quatro anos e multa para os diretores que se negarem a matricular esses alunos, sem justa causa.

No ano de 1990 ocorreu a Conferência Mundial para todos, realizada em Jumtiem, na Tailândia no qual o Brasil se comprometeu erradicar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental no país.

Em 1994 ocorreu a Declaração de Salamanca mais um marco importante que definiu aos gestores o planejamento, supervisão e avaliação do ensino de crianças e adultos com deficiência.

No ano de 1999 houve a Convenção da Guatemala que definiu a deficiência como uma restrição física ou mental, de natureza permanente ou transitória, que limita ou impede as atividades humanas, e reafirmaram que as pessoas com deficiência gozam do mesmo direito e das mesmas liberdades das outras pessoas e de não serem submetidos a discriminação.

Em 2003, foi criado pelo MEC o Programa Educação Inclusiva. Por meio desse programa o Ministério da Educação e a Secretária de Educação Especial se comprometeram em fomentar a política de construção de sistemas educacionais inclusivos. Numa ação compartilhada foi implantado as salas de recursos para a oferta de atendimento educacional especializado nos municípios, apoiando o processo de inclusão na rede pública de ensino.

A trajetória histórica da educação inclusiva é dada por meio de mudanças mundiais compreendendo-se melhor a diversidade humana e a verdadeira função da escola no atendimento dos alunos com deficiência tendo como principal objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento. Altas Habilidades/Superdotação. Para regulamentar essa educação foram criadas políticas e leis ao longo desses anos.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva– PNEEPEI (BRASIL, 2008) tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento. Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) nas escolas regulares,

A Lei Federal n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012, também conhecida como Lei Berenice Piana, institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA. A partir da instituição dessa lei, o TEA passou a ser reconhecido como deficiência, garantindo aos autistas todos os direitos cabíveis às pessoas com deficiência. Essa lei assegura o direito das pessoas com autismo à educação, ao ensino profissionalizante, ao mercado de trabalho, à assistência e à previdência social (BRASIL, 2012).

A Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015, também conhecida como Lei Brasileira De Inclusão (LBI), ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, garante às pessoas com deficiência o exercício pleno de sua cidadania, promovendo condições de igualdade, exercícios de direitos e liberdades, visando à inclusão social. O Capítulo IV, que trata do direito à Educação, traz a definição deste direito para todas as pessoas com deficiência, visando a sua garantia, e descreve os deveres do poder público (BRASIL, 2015)

A Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015, também conhecida como Lei Brasileira De Inclusão (LBI), ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, garante às pessoas com deficiência o exercício pleno de sua cidadania, promovendo condições de igualdade, exercícios de direitos e liberdades, visando à inclusão social. O Capítulo IV, que trata do direito à Educação, traz a definição deste direito para todas as pessoas com deficiência, visando a sua garantia, e descreve os deveres do poder público (BRASIL, 2015).

3 METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado a partir de uma pesquisa bibliográfica realizada por meio da leitura sistemática produção de fichamentos, a partir de livros, artigos, leis e fontes eletrônicas que abordam o tema aqui proposto. A análise dessa pesquisa constatou a importância do AEE na escola regular, contribuindo com orientações, supervisões necessárias a esses alunos, mas principalmente, o apoio aos professores da sala regular.

Segundo Fonseca:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas analisadas e publicadas por meio de escritos e eletrônicos como livros, artigos, científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com a pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas

que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura resposta. (FONSECA, 2002, p.32)

Percebemos que por meio das pesquisas obtemos valiosas contribuições citadas por autores dando destaque a grande importância no desenvolvimento da temática apresentada. Este trabalho tem caráter predominante qualitativo, uma pesquisa exploratória descritiva.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema aqui tratado abordou a importância do trabalho realizado no AEE, seus pressupostos e desafios na comunidade escolar inclusiva. Tratou-se de esclarecer o importância e a finalidade desse apoio na escola regular, concluiu-se que esse apoio a formação torna-se essencial para o aperfeiçoamento do aprendizado dos alunos com Deficiências e Transtornos, e fez-se esclarecer parte importante da história e leis que fundamentaram esse atendimento, e qual sua verdadeira função para cada deficiência atendida, bem como, recursos pedagógicos que podem ser úteis para amenizar as dificuldades no dia a dia desses estudantes público alvo da Educação Especial na sala de aula comum.

Foi cumprido todos os objetivos propostos nesse artigo, esclarecendo muitos pontos antes obscuros nas unidades escolares, vindo a contribuir para a construção de uma cultura educacional inclusiva.

Este trabalho foi relevante para o aprendizado e serviu para compreender melhor e aprofundar os conhecimentos sobre o tema tratado, visto que os estudos nesse tema foram importantes para aperfeiçoar competências e organizações desse assunto, desenvolvendo expectativas, gerando informações relevantes e permitindo a comunidade escolar flexibilização para novas pesquisas referentes a esse tema.

REFERÊNCIAS

ALVES, D.O **Sala de recursos Multifuncionais: espaços para atendimento educacional**. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria Educação Especial 2006

BERSCH, Rita, Introdução a tecnologia assistiva. Texto complementar distribuído em cursos Tecnologia Assistiva. Disponível em www.assistiva.com.br, RS 2006 Acesso em 02/10/2021

BRASIL, Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil03constituicao/constitui%7Aohtm> Acesso em 05/10/2021

Diretrizes para o atendimento educacional especializado (AEE) na Rede Regular de Ensino de Santa Catarina, Fundação Catarinense de Educação 2021.

FONSECA. J.J.S **Metodologia da Pesquisa Científica**, Fortaleza.UEC. 2002

Lei Nº 13.146/2015 Artigo 4º, Paragrafo 1º.

MANTOAN, Maria Tereza Egler, **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** SP: Moderna, 2003.

MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf> Acesso em 15/11/2021.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro. Editora WVA, 2002 Disponível em: <www.diadaeducaçao.pr.gov.br/didadia/daiadia/modules/mydownloads_01/visit.php?cid36&lid+1716-paginassemelhantes. Acesso em 02/11/2021.

TONELLI, H. **Autismo, Teoria da Mente e o Papel da Cegueira Mental na Compreensão de Transtornos Psiquiátricos**. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 24, n. 1, p. 126-134, 2011.

WERNECK, C. **Você é gente? O direito de nunca ser questionado sobre o seu valor humano**. Rio de Janeiro: WVA, 2003 Disponível em <http://www.lasociedadecivil.org/wp-content/uploads/2014/11/080.pdf> Acesso em 15/03/2021.